



## MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

### Ata da 19ª. Reunião do Comitê Gestor do Fundo Verde-Amarelo

#### MINUTA

#### 1. Apresentação

Este documento reúne as questões discutidas e decisões tomadas no âmbito da 19ª Reunião do Comitê Gestor do Fundo Verde-Amarelo, realizada no dia 7 de novembro de 2006, com início às 10 horas e término às 14:30 horas, no Hotel Blue Tree, em Brasília, DF, e que tratou da seguinte pauta: 1. Balanço das ações executadas - Relatório 2005; 2. Balanço das ações de 2006 - Agências executoras; 3. Proposta orçamentária para 2007; 4. Início do planejamento das ações para 2007; e 5. Outros assuntos

#### 2. Participantes

Membros Titulares e Substitutos Presentes:

Luís Manuel Rebelo Fernandes - Secretário Executivo do MCT - Presidente (Titular)  
Carlos Henrique Brito Cruz - representante da comunidade científica (Titular)  
Fernando Cosme Rizzo Assunção - representante da comunidade científica (Titular)  
João Eduardo de Moraes Pinto Furtado - representante do BNDES (Titular)  
José Roberto Drugowich - representante do CNPq (Substituto)  
Maurício Mendonça Jorge - representante do setor industrial (Substituto)  
Odilon Antônio Marcuzzo do Canto - representante da FINEP (Titular)  
Paulo de Carvalho Alvim - representante do SEBRAE (Substituto)

Titulares ausentes (ausências justificadas):

Alessandro Golombiewzki Teixeira - representante do MDIC  
Erney P. Camargo - representante do CNPq  
José Roberto Roriz Coelho - representante do setor industrial  
Luiz Carlos Barboza - representante do SEBRAE  
Rodrigo Rocha da Costa Loures - representante do setor industrial.

Convidados:

Aldo Pinheiro da Fonseca - Coordenador da ASCOF  
Clóvis Luiz Zimmermann – STI/MDIC  
Cristina Valente - FINEP (Secretária Técnica)  
Elianne Prescott, ASCOF/MCT (Secretária Técnica)  
Gina Paladino – Assessora da FIEP/PR  
Jorge Castro - SETEC/MCT  
Joselice A. Cerqueira – ASCOF/RJ - MCT  
Reinaldo Ferraz - SETEC/MCT

#### 3. Abertura

O Presidente do Comitê Gestor, Prof. Luis Fernandes, abriu a reunião agradecendo a presença de todos e relatou as justificativas enviadas pelos membros titulares ausentes. Agradeceu a presença do Sr. Maurício Mendonça, da CNI, substituindo nessa reunião o Sr. Rodrigo Loures, representante do setor industrial, e do Sr. José Roberto Drugowich representando o CNPq. Em seguida, esclareceu os cinco pontos previstos na pauta: i) apresentação do relatório consolidado das ações do Verde e Amarelo em 2005, cuja cópia foi distribuída no início da reunião (a discussão do documento foi transferida para a próxima reunião); ii) apresentação do balanço das ações de 2006 pelas agências - FINEP e CNPq - com debate e discussão; iii) apresentação da proposta orçamentária para o Fundo Verde Amarelo em 2007; iv) início do planejamento das ações do Verde Amarelo para 2007 (conforme calendário discutido no seminário dos fundos); e v) outros assuntos (nesse item propôs a inclusão de discussão dos aspectos conceituais relacionados à subvenção econômica, entre os quais, aqueles levantados pela CNI durante o seminário, ressaltando que tais colocações poderão ser discutidas no início do processo de

planejamento das ações para 2007, na próxima reunião do Comitê. Apresentou as seguintes justificativas para as alterações ocorridas na agenda de reuniões do Comitê em 2006: i) a aprovação tardia da Lei Orçamentária Anual/LOA para o exercício de 2006 (em fins de maio de 2006); ii) a limitação do montante autorizado para os fundos setoriais na referida LOA à 40% da receita (arrecadação) estimada; os esforços exigidos ao MCT para recompor os recursos alocados para subvenção econômica - só concluída em agosto de 2006 -, dado que a legislação em vigor, que normaliza as ações de subvenção, restringe os recursos para essa finalidade a rubricas de custeio, implicando no remanejamento dos recursos alocados aos fundos setoriais; e iii) a decisão de realizar todas as reuniões dos comitês gestores em datas próximas e concomitante à realização do Seminário Integrado dos Fundos Setoriais, adiadas em razão da realização das eleições presidenciais em dois turnos. Nessa oportunidade, os membros do Comitê fizeram os seguintes comentários e sugestões:

1. Sra. Gina Palladino: sugeriu a discussão dos resultados apresentados pelo CGEE no seminário de integração dos fundos relativos à avaliação sobre a participação de empresas em projetos financiados à conta dos fundos setoriais e que apontou uma baixa incidência naqueles contratados pelo Fundo Verde Amarelo. Sobre essa proposta, ficou decidido que será agendada uma exposição de representante do CGEE em futura reunião do Comitê;
2. Sr. Brito Cruz: registrou a importância de se estabelecer um calendário de reuniões trimestrais, o qual deverá ser mantido ao longo do ano e, ainda, a importância do envio, com a maior antecedência possível, das respectivas pautas, mesmo que, eventualmente, as mesmas venham a ser alteradas na reunião. Destacou, também a necessidade de se incluir na agenda das reuniões a discussão de temas e questões conceituais relacionados às ações do CT-FVA, além dos assuntos afetos à programação, deliberação e execução. Nesse sentido, foi definido um calendário tentativo de reuniões para 2007 (Tabela 1 - Anexo), com as respectivas pautas. Com relação à agenda de trabalho, o Sr. Luis Fernandes esclareceu que as próximas reuniões, notadamente as de janeiro, deverão tratar dos assuntos relacionados à programação para 2007, tendo em vista a dinâmica definida no processo de planejamento das ações transversais para o próximo exercício, que prevê: i) fase de recolhimento de propostas advindas de entidades habilitadas e dos membros dos comitês gestores de todos os fundos setoriais, cujo prazo de envio encerra, em princípio, no dia 24 de novembro; ii) fase de consolidação pelo Comitê de Coordenação dos Fundos Setoriais e iii) fase de submissão aos comitês gestores para deliberação;
3. Sr. Paulo Alvim: sugeriu a incorporação das recomendações previstas na Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, no que tange às ações de C&T destinadas à MPE, no processo de planejamento das ações de subvenção econômica;
4. Sra. Cristina Valente: propôs que técnicos das áreas operacionais da FINEP apresentem ao Comitê os resultados de programas e projetos apoiados pelo Fundo Verde-Amarelo, como a PINTEC, por exemplo, com vistas a subsidiar a definição de critérios de planejamento e de avaliação.

#### 4. Apresentação das Agências

**4.1. Apresentação da FINEP** - a Sra. Cristina Valente, secretária-técnica do CT-FVA na FINEP, fez uma síntese da execução das ações implementadas que envolveram recursos do CT-FVA em 2006, relacionadas tanto às encomendas como aos editais, informando que dos R\$ 62 milhões disponíveis para o exercício, R\$ 32 milhões (52%) foram aplicados na contratação de 45 encomendas (a maioria em fase de contratação) e destacou que a maioria das operações ainda estão em curso, haja vista seu início somente a partir do segundo semestre. Após a apresentação, ficou acertado que a agência enviará um relatório com os dados consolidados, em nível de linhas/eixos de atuação, da execução em 2006, com detalhamento das operações e uma breve avaliação dos impactos gerados vis-a-vis suas finalidades. Por solicitação do Sr. Maurício Mendonça, o relatório deverá incluir dados sobre a demanda classificada para financiamento no âmbito do edital de subvenção econômica e os da chamada-pública de estímulo à cooperação ICT/Empresas.

##### *Comentários e Discussão*

1. Sr. Maurício Mendonça: manifestou preocupação quanto à necessidade de se dispor de mecanismos que impeçam duplicidade de financiamento a um mesmo projeto/mesmo objeto: financiamento por meio de diferentes instrumentos. Ressaltou que do lado da demanda (setor empresarial) também se verificam dificuldades face à existência de um grande número de instrumentos, muitos dos quais com finalidades semelhantes, que, em razão da falta de articulação, prejudicaria o estabelecimento de estratégias de obtenção de financiamento por

parte do empresariado. Destacou que as soluções de continuidade levam o empresário a buscar toda e qualquer oferta de financiamento como uma estratégia alternativa a uma eventual falta de oferta de recursos no futuro. Ressaltou, por essa razão, a importância de se discutir mecanismos que atendam às necessidades de financiamento por parte do setor empresarial e propôs a criação de um banco de projetos que possibilitasse orientar a decisão quanto às modalidades de financiamento, as quais, em consonância com as estratégias da empresa, garantissem o financiamento do ciclo de vida dos seus projetos. Esclareceu que essa estratégia tenderia a reduzir o fomento via edital e a apoiar, de forma continuada, os projetos de P&D&I das empresas; caracterizando-se como um modelo que articula diversos instrumentos, tanto internos ao MCT - como a equalização -, como externos - como o BNDES, e para o qual a empresa recorre não apenas pela oferta de recursos, em razão da oportunidade, mas visando a obtenção de uma linha de crédito para implementar seu projeto de PD&I. Citando o modelo da plataforma Lattes, do CNPq, que guarda o histórico do pesquisador, propôs que a FINEP e o BNDES disponibilizassem informações sobre o histórico das empresas para orientar investimentos em projetos de maior envergadura.

2. Sr. Odilon M. do Canto: informou que a Finep já adota procedimentos de controle no sentido de evitar a contratação de projetos que tenham a mesma finalidade (objeto) por mais de um instrumento.
3. Sra. Cristina Valente: ressaltou que à medida que são lançados novos instrumentos, torna-se mais complexa a articulação dos mesmos, exigindo maior inteligência ao processo de planejamento e de avaliação. Entre os desafios já identificados, citou a articulação entre os instrumentos voltados para a subvenção econômica - um instrumento novo - e os de oferta de crédito às empresas, que poderão ser utilizados para financiar a contrapartida exigida pelo próprio edital; bem como sua articulação com os instrumentos de estímulo à cooperação ICT/Empresa lançados na modalidade de fluxo contínuo. Registrou, ainda, que a demanda apresentada à carta-convite para apoiar a Cooperação ICT/Grandes Empresas em 2006 foi altamente qualificada e que tal performance se deveu à oferta continuada do instrumento, embora se perceba que os recursos ofertado não são suficientes para atender à toda demanda qualificada. Defendeu a necessidade de articulação, na medida em que favorece a eliminação de eventuais redundâncias, superposições de financiamento, mas também pela possibilidade de apontar lacunas; estágios de desenvolvimento de projetos de P,D&I que não estão sendo atendidos pelos instrumentos oferecidos. Por outro lado, destacou que o sucesso dessa estratégia não pode prescindir de uma decisão em âmbito político e da uniformização/padronização de conceitos e terminologias, no sentido de permitir tanto a compatibilização dos instrumentos como a integração das agências e linhas de financiamento
4. Sr. João Eduardo Furtado: destacou a premência em se estabelecer mecanismos de coordenação e de acompanhamento efetivos de forma a evitar eventuais duplicidades (linhas e fontes de financiamento) no financiamento a projetos. Propôs que os formulários adotados nas diferentes agências contemplassem o ciclo de vida do projeto ou o modelo de negócio ou de desenvolvimento de determinada empresa, tendo em vista fornecer uma visão global das necessidades dos proponentes. Destacou que essa idéia não esgota o conjunto de informações em nível de projeto, mas daria uma visão do ciclo de vida e ajudaria a identificar demandas e impactos futuros. Lembrou que muito dos projetos implica em riscos, mas que uma estratégia estimulada pelos próprios instrumentos, permitiria prospectar novas etapas/fases de financiamento e conciliaria e articularia diferentes instrumentos, adequando-os às reais necessidades dos projetos nas suas diferentes etapas de desenvolvimento.
5. Sr. Brito Cruz: apontou as seguintes razões para destacar a importância em se promover um grau maior de articulação entre os instrumentos e agências de fomento: i) a oferta de financiamento por diferentes instrumentos implica em tratamentos específicos e diferenciados da demanda, podendo não convergir para o interesse público; ii) a articulação possibilitaria uma visão consolidada do esforço empreendido pelo País no apoio às atividades de P,D&I, que, embora não deva se constituir no foco da preocupação, pode contribuir para que o Brasil alcance visibilidade perante as indústrias do mundo, a exemplo do que fazem a Coréia, Espanha e Singapura, entre outros, que divulgam na mídia internacional seus esforços de estímulo à inovação; e, iii) a articulação como um elemento importante da estratégia brasileira de apoio à inovação tecnológica, pode contribuir para melhorar, substancialmente, do ponto de vista do interesse público, determinados projetos e, mesmo, estabelecer uma estrutura poderosa de inovação em determinadas áreas. Apontou como necessária a criação de canais de comunicação que permitam às agências conhecerem a carteira de projetos umas das outras, citando como exemplo a estratégia adotada pela FAPESP junto ao BNDES. Como o

maior desafio que se impõe à organização do sistema nacional de inovação, apontou a necessidade de formulação de uma política que contemple a integração, com estratégias voltadas para estreitar os pontos de contato entre as agências de financiamento, de forma a conferir maior agilidade ao processo de decisão. Propôs o estabelecimento de uma base de dados, de abrangência nacional (não restrita apenas à esfera federal, como está atualmente o Portal da Inovação), de maneira a permitir uma visão consolidada dos esforços de apoio à inovação em âmbito nacional. Essa proposta estaria justificada em razão dos estados financiarem cerca de 35% de toda a pesquisa realizada no País (sendo que São Paulo seria responsável por 60%).

6. Sr. Fernando Rizzo: sugeriu que seja analisada a possibilidade de se utilizar o Portal da Inovação como a base para as empresas disponibilizarem informações sobre a sua carteira de projetos, com vistas a dar visibilidade às agências de fomento.
7. Sra. Gina Palladino: sugeriu que a base de dados a ser criada forneça uma visão em nível da empresa (sendo o CNPJ a unidade básica) e não de projeto. Ressaltou que essa proposta seria de fácil implantação, tendo em vista que o universo de empresas que atuam em inovação não é muito grande, e forneceria o histórico das empresas direta ou indiretamente beneficiadas pelos diferentes instrumentos de apoio à P,D&I. Essa base serviria para orientar o trabalho realizado pelos próprios agentes de fomento, como as 'Clínicas de Atendimento a Empresas', experiência em curso no Estado do Paraná, para estimular a inovação pelo setor empresarial. Esclareceu que por meio das clínicas, os empresários são orientados sobre as necessidades e oportunidades de financiamento e recebe auxílio na submissão de propostas de financiamento.

Sobre esse conjunto de considerações e sugestões o Sr. Luis Fernandes defendeu que a questão da articulação e integração dos agentes de inovação remete ao sistema nacional de ciência e tecnologia e inovação como um todo. Em relação ao Portal da Inovação, esclareceu que sua concepção visou estabelecer uma base integradora de outras bases de dados com o propósito de reunir os diversos atores envolvidos no financiamento à C&T, como FAPESP, BNDES, FINEP e CNPq, entre outras, no exercício de uma estratégia de racionalização do fomento e de atendimento integral aos projetos e não apenas compatibilizar bases de informação sobre a demanda ou o seu atendimento. No que concerne à compatibilização dos instrumentos afetos diretamente ao Fundo Verde-Amarelo, lembrou que o edital da subvenção econômica deixou explícito que o mesmo objeto de determinado projeto não seria apoiado duas vezes, mas lembrou que o edital voltado para estimular a Cooperação ICT-Empresa não fez menção a essa advertência, já que foi lançado anteriormente. Assim, ressaltou, seria possível que projetos selecionados no âmbito do edital da subvenção econômica já tenha sido contratado no âmbito da chamada-pública de estímulo à Cooperação, impossibilitando a concessão da subvenção. Essa situação, por outro lado, salientou, pode não se configurar na melhor opção/decisão e afeta diretamente os instrumentos do CT-FVA, dado que a temporalidade do lançamento dos editais pôde embutir certo privilégio a linhas, como a cooperação ICT-Empresa, em detrimento à subvenção econômica. Destacou, ainda, que essa questão deverá ser tratada pela diretoria da FINEP, no sentido de se evitar conflitos entre os instrumentos e permitir uma opção consciente sobre a melhor forma de atendimento a projetos que se encontrem nessa situação. Sobre a execução orçamentário-financeira do CT-FVA em 2006, enfatizou que o MCT tem acompanhado todo o processo de operacionalização junto às agências, garantindo sua aderência ao Plano de Investimento definido pelo Comitê Gestor.

**4.2. Apresentação CNPq** – o representante do CNPq, Sr. José Roberto Drugowich destacou que o CNPq opera poucas ações apoiadas pelo Verde Amarelo e informou que na medida em que a FINEP passou a contar com bolsas nos próprios editais, a partir de 2006, o CNPq ficou responsável apenas pelo atendimento às microempresas e às empresas incubadas. Com relação ao edital RHAE Inovação, que disponibilizou R\$ 5,6 milhões para financiamento no exercício, informou que a demanda bruta foi de 488 projetos, correspondendo a aproximadamente R\$ 66,2 milhões, e que a parcela julgada qualificada pelo Comitê Assessor ultrapassou a casa dos R\$ 30 milhões, a qual não poderá ser plenamente atendida em razão da insuficiência de recursos alocados para esse fim. Quanto ao edital lançado no âmbito do Programa Renato Archer, informou que a demanda bruta foi de 17 projetos, dos quais 6 já foram aprovados, comprometendo R\$ 3,8 milhões; montante inferior aos R\$ 4 milhões disponibilizados no edital. Com relação ao edital lançado para concessão de bolsas de mestrado e doutorado para as áreas das engenharias e da PITCE, no valor de R\$ 10 milhões – dos quais R\$ 1 milhão foi oriundo do CT-FVA -, informou que a meta atual é ampliar o número atual de 2.000 bolsas para 2.400 e que foi dada prioridade às bolsas de mestrado em observância aos critérios de eficiência. Sobre o edital de apoio aos NIT's, que disponibilizou recursos da ordem de R\$ 2,5 milhões, informou que o CNPq está programando prorrogar o prazo de execução dos projetos de 30 núcleos que já vêm sendo apoiados (contratados em editais anteriores) e que envolvem a concessão de 100 bolsas. Registrou que essa decisão está

baseada no resultado do seminário de avaliação dos NIT's, realizado pela SETEC/MCT, e que apontou a importância da manutenção das bolsas para a institucionalização dos NIT's. Por último, informou que foi contratada encomenda para apoio aos serviços de respostas técnicas.

#### *Comentários e Discussão*

1. Sr. João Eduardo Furtado: destacou que tendo em vista a importância das bolsas como instrumento para germinar embriões tecnológicos nas empresas e o fato da demanda qualificada no edital RHAE representar seis vezes mais o montante disponibilizado no edital, faz-se necessário priorizar os programas de bolsas. Sobre a importância das bolsas na institucionalização dos NIT's, registrou sua preocupação quanto a um possível desvio da finalidade das bolsas: a de estimular a pesquisa.
2. Sr. Maurício Mendonça: registrou a oportunidade de se potencializar a capacidade do CNPq na articulação da comunidade científica, no que tange a projetos mobilizadores de interesse do Fundo Verde-Amarelo e que possam ser de interesse do setor empresarial, como podem ser alguns Institutos do Millenium. Também, levantou a possibilidade de se utilizar informações disponíveis no CNPq sobre a importação de equipamentos para gerar um panorama da infraestrutura laboratorial disponível e identificar oportunidades, somar esforços, alavancar recursos e viabilizar a cooperação.

Tendo em vista as demandas formuladas pelo Comitê sobre o nível de detalhamento das informações apresentadas pelas agências relativas à execução anual, o Sr. Luis Fernandes solicitou a área técnica das agências e a ASCOF/ Assessora de Coordenação dos Fundos que organizem, já para a próxima reunião do Comitê Gestor, um demonstrativo da execução do CT-FVA em 2006, com informações organizadas em nível das grandes linhas aprovadas no Plano de Investimento Anual. Destacou que a articulação das agências FINEP e CNPq já tem sido viabilizada em razão da estruturação de programas integrados, que contemplam apoio a formação de recursos humanos em áreas estratégicas e para a inovação, e que o MCT vem buscando ampliar a articulação das bolsas aos projetos de cooperação ICT - Empresas. Atendendo a uma solicitação do Sr. Maurício Mendonça, propôs que fosse agendada para uma futura reunião do Comitê Gestor a apresentação do conjunto de programas em andamento no CNPq que envolvem a interação ICT – Empresas, de maneira a permitir ao Comitê dimensionar sua pontencialidade e orientar a decisão na ocasião do planejamento das ações para 2007. Sobre essa proposta, o Sr. Maurício Mendonça ressaltou a importância de se utilizar tais informações para identificar oportunidades que não estejam sendo exploradas e formular novas estratégias de cooperação, no médio prazo, com vistas a avançar rapidamente a cooperação entre a empresa e a universidade.

Com relação à questão levantada pelo Sr. João Furtado sobre a dependência das bolsas na estruturação dos NIT's, o Sr. Luis Fernandes ressaltou que os NIT's, a partir da Lei da Inovação, deveriam ser parte da própria missão institucional das ICTs e que uma vez contabilizados exclusivamente na forma de bolsas, a institucionalização ficaria precária, o que pode caracterizar como certa falta de compromisso institucional com a inovação. A respeito desse ponto, o Sr. João Furtado registrou que a criação dos NIT's não deveria ser motivada apenas pelo aspecto comercial, pois poucas instituições se beneficiam diretamente dos negócios propiciados a partir da inovação gerada na ICT e, por essa razão, sugeriu que se busque mecanismos que estimulem as instituições a se comprometerem efetivamente com a inovação e a transferência de tecnologia. Citou o exemplo da FAPESP, que não concede bolsas para esse fim, mas apoia o registro da patente e, nas hipóteses de sucesso, a comercialização, obrigando a instituição, nesse caso, a ressarcir o investimento realizado pela agência e a distribuir, posteriormente, os dividendos recebidos aos pesquisadores, ao departamento, etc. Concluindo, destacou que a adoção desse modelo poderia demonstrar para a instituição que o esforço de comercialização de tecnologia tem custo. Na oportunidade, o Sr. Luis Fernandes colocou em discussão proposta de estabelecimento de um limite temporal para bolsas destinadas à implantação dos NITs, como, por exemplo, que vigorassem até a estruturação efetiva do NIT. Essa proposta foi acatada pelo Sr. João Furtado que sugeriu condicionar a manutenção das bolsas ao compromisso da instituição em assegurar sua continuidade. Em relação à proposta, o Sr. José Roberto Drugowich esclareceu que as bolsas DTI já têm uma limitação temporal, ficando seu recebimento, por determinado indivíduo, restrito a no máximo 36 meses. Ainda sobre esse tema, o Sr. Fernando Rizzo relatou que no caso da PUC/RJ, conforme apresentado durante seminário de avaliação dos NIT's, as bolsas não haviam sido concedidas aos indivíduos, mas sim à instituição e manifestou sua concordância quanto à necessidade de se estabelecer um limite temporal para que a instituição assuma, institucionalize o NIT; lógica já adotada por outros países, como Israel, que determina um prazo de 3 anos para sua institucionalização. Por outro lado, destacou que essa decisão exige um rigoroso processo de acompanhamento e de avaliação e propôs que seja exigido o compromisso institucional no momento da concessão do

financiamento, já que várias iniciativas se perderam após o término das bolsas. O Sr. João Furtado sugeriu que se avaliasse, previamente à concessão do apoio financeiro – avaliação *ex-ante* -, o estágio de maturação da inovação na instituição, já que tal situação poderia comprometer o sucesso do esforço empreendido, e alertou que esses casos talvez exijam um esforço maior de sensibilização que não seria atingido por meio das bolsas. O Sr. Fernando Rizzo destacou que esse assunto merece uma reflexão mais profunda, já que envolve dois aspectos distintos, mas complementares: um relativo à criação/implantação da cultura; o outro relativo à pertinência de se investir para que as ICTs criem suas unidades de articulação/negociação com as empresas. Ainda sobre o tema, o Sr. Reinaldo Ferraz lembrou que o último edital, lançado à luz da Lei da Inovação, já exigiu a apresentação de um plano de negócio da ICT que demonstrasse a sustentabilidade dos NITs. Lembrou, ainda, que os 2 editais anteriores não tinham o respaldo da legislação e o NIT era quase um elemento intruso nas universidades menos ativas, embora já fosse percebido nas universidades mais dinâmicas em termos de inovação. Concluindo a discussão sobre o tema, o Sr. Luis Fernandes fez registrar o consenso existente no âmbito do Comitê de que, a partir da Lei, a inovação faz parte da missão institucional das ICT's e, tendo em vista que a própria Lei prevê a criação dos NIT's, faz-se necessário encontrar os mecanismos capazes de introduzir o compromisso institucional na estruturação permanente dos NIT's. Nesse sentido, recomendou que as agências definam tais mecanismos já durante o processo de formatação do Plano de Investimentos para 2007.

## 5. Planejamento das ações para 2007

Dando continuidade à reunião, o Presidente levantou a oportunidade de se discutir, no âmbito do Comitê, o Programa RHAE Inovação como instrumento de mobilização de recursos humanos para as áreas prioritárias da PITCE, e sua integração aos demais instrumentos voltados para o mesmo fim, como a subvenção para recursos humanos e os incentivos da chamada Lei do Bem. Para tratar do tema foi criado um subgrupo que, sob a liderança do Sr. Fernando Rizzo, deverá apresentar mecanismos de compatibilização dos diversos instrumentos disponíveis, ou sugerir a criação de novos, no sentido de estimular a fixação de pesquisadores nas empresas. O subgrupo se reunirá no dia 21 de novembro, no CGEE e será constituído pelos representantes do CNPq, da FINEP e da ASCOF e dos Srs. Maurício Mendonça/CNI e Paulo Alvim/SEBRAE. O resultado desse trabalho será apresentado aos demais membros do Comitê na próxima reunião e servirá de base para a proposição de ações transversais no âmbito da linha Formação de Recursos Humanos para 2007.

Antes de dar início à apresentação do modelo a ser adotado no processo de planejamento das ações para 2007, o Sr. Odilon Marcuzzo apresentou a programação orçamentária para 2007 (Tabela 2 - Anexo), onde, com base na LOA, o orçamento para 2007 é de R\$ 266,4 milhões, estando disponível para aplicação no exercício o montante de R\$ 154,02 milhões (após a dedução das alíquotas para pagamento das taxas administrativas e despesas operacionais e do montante necessário para pagamento dos compromissos assumidos em exercícios anteriores), dos quais R\$ 46,16 milhões alocados à ação Fomento e R\$ 107,86 milhões às linhas específicas do CT-FVA, sendo R\$ 73,26 milhões para Equalização; R\$ 3,23 milhões para Subvenção de PDTA; R\$ 28,23 milhões para Estímulo a Empresa de Base Tecnológica; e R\$ 3,14 milhões para Incentivo ao investimento de Ciência e Tecnologia – Garantia de liquidez.

Com relação à composição da receita destinada à programação orçamentária do Fundo Verde-Amarelo, a Sra. Elianne Prescott informou que a arrecadação foi estimada em R\$ 257,4 milhões, sendo R\$ 221,6 milhões oriundos da CIDE e R\$ 35,8 milhões de IPI. Sobre o montante relacionado ao IPI, o Sr. Maurício Mendonça destacou que, claramente, este valor está aquém dos 10% previstos na Lei. Tal questão foi esclarecida pelo Sr. Luis Fernandes que informou os procedimentos adotados no processo de planejamento orçamentário anual: inicialmente, a Assessoria de Captação de Recursos/ASCAP do MCT estima a arrecadação com base nas fontes de receita do CT-FVA determinados por Lei; em seguida o MCT negocia com o Ministério do Planejamento a elaboração do Projeto de Lei Orçamentária, onde, eventualmente, ocorrem divergências; dessa negociação, resulta a proposta que é enviada para o Congresso Nacional, onde, supostamente, apresenta o total da arrecadação estimada, por fontes, segundo a visão do Ministério do Planejamento. Dessa forma, ressaltou, há sempre uma pequena diferença entre o levantamento realizado pelo MCT, com base em uma previsão, e aquela realizada pelo Ministério do Planejamento. A arrecadação real só está disponível ao término do exercício fiscal. Por último, destacou que a expectativa inicial era de que o saldo remanescente – obtido pela diferença entre o valor estimado e o efetivamente arrecadado -, poderia ser reivindicado no acerto de contas. No entanto, levantamento histórico realizado pelo MCT demonstrou que o MCT já teria obtido vantagens, na medida em que ficou demonstrado que, em nível global, o acerto de contas foi favorável ao MCT. Não obstante, registrou que seria importante verificar o aspecto levantado pelo Sr. Maurício Mendonça sobre a situação específica da composição das fontes do Fundo Verde-Amarelo. Sobre isso, o Sr. Maurício

Mendonça registrou que de fato se observa uma certa frustração nas receitas de alguns fundos, como os de Transporte e Mineral. Mas que no caso do Fundo Verde Amarelo, embora também haja esse tipo de frustração, parte da fonte está indexada ao Imposto de Renda, cujo montante é de conhecimento da Receita Federal. Com relação ao IPI, como está vinculado aos benefícios da Lei de Informática, informou ser possível que a arrecadação tenha caído ultimamente, embora, de qualquer forma, esse montante devesse estar vinculado ao orçamento da renúncia fiscal elaborado pela Receita Federal. Nesse sentido, sugeriu que fosse realizada uma análise da curva do orçamento de renúncia da Lei de Informática nos últimos anos. Em atendimento a essa sugestão, o Sr. Luis Fernandes se comprometeu em levantar junto à ASCAP do MCT um 'encontro de contas' no âmbito do Fundo Verde Amarelo, com foco nos últimos anos. A cerca dessa proposta, o Sr. Maurício Mendonça destacou que seria oportuno verificar a consistência do valor vinculado ao IPI e, na hipótese de se verificar divergências nesse montante, envidar esforços no sentido de recuperar tais recursos para 2007. Concluindo, ficou decidido que serão feitas tanto uma verificação dos valores relativos aos exercícios anteriores, como a verificação da consistência nos valores atribuídos à fonte IPI para 2007.

Dando continuidade à programação orçamentária para 2007, o Sr. Luis Fernandes ressaltou que no quadro distribuído ao Comitê não constam os valores destinados à linha subvenção econômica para 2007, oriundos do fundos e que totaliza R\$ 277 milhões. Sobre essa linha de financiamento, o Sr. Maurício Mendonça destacou a oportunidade de articulá-la às ações do Fundo Verde-Amarelo em razão do seu impacto no estímulo a empresas de base tecnológica, linha específica do CT-FVA, e que tem uma dotação de R\$ 35 milhões. Também, ressaltou a necessidade de se reavaliar as modalidades de financiamento operadas pelo CT-FVA, como as de estímulo à cooperação ICT - empresas, vis-a-vis a operacionalização da subvenção, e enfatizou a necessidade de se criar novos mecanismos que permitam à empresa contratar a ICT, possibilitando alavancar mais recursos para a cooperação. Em relação à ação Cooperação ICT - Empresas, o Sr. Odilon destacou que a demanda qualificada no âmbito das chamadas para a Cooperação ICT - Empresa foi superior ao volume de recursos disponibilizados; o que significaria que ainda haveria espaço para essa modalidade de financiamento. Por outro lado, registrou sua concordância com a necessidade de convergir os esforços de estímulo à inovação na empresa e sobre a necessidade de se viabilizar a interação entre os instrumentos, tanto em nível federal como estadual. Sobre a linha subvenção, o Sr. Luis Fernandes fez duas considerações: i) que o volume alocado para o Subvenção Econômica em 2007, da ordem de R\$ 375 milhões (engloba o montante alocado à linha específica de subvenção do CT-FVA, no valor de R\$ 98 milhões) aponta para uma evolução do sistema de C&T; ii) a oportunidade de compatibilizar instrumentos. Em relação ao montante disponível para deliberação pelo Comitê, em 2007, da ordem de R\$ 46 milhões, destacou que o mesmo deverá ser utilizado em novas ações, uma vez esse limite se deve a compromissos assumidos por força de decisões anteriores do Comitê Gestor, caracterizando-se como uma continuidade às ações plurianuais. Também, reforçou a necessidade do Comitê avaliar mecanismos de compatibilização de instrumentos, bem como a sua forma de implementação, uma vez já ser possível associar a Subvenção Econômica aos projetos de ICT voltados para atividades de P&D nas empresas, via empresa. O Sr. Paulo Alvim sugeriu que as agências concentrem a liberação de recursos para projetos com duração superior a 24 meses (sem prejuízo da capacidade de monitoramento e de avaliação do desempenho) em razão da verificação de queda na disponibilidade de recursos para novas deliberações, embora o orçamento anual do CT-FVA venha apresentando crescimento, anualmente. Sobre a questão apontada, o Sr. Luis Fernandes destacou que o quadro de disponibilidade orçamentária aponta, de forma positiva, para a consolidação de programas e que os recursos ora disponíveis permitiriam a introdução de novas ações, e não apenas uma destinação para novas rodadas de programas já consolidados. Com relação à proposta de se identificar mecanismos de integração das linhas de subvenção à de cooperação ICT e empresa, foram levantadas as seguintes considerações:

1. Sr. Odilon: a expectativa da Finep é que a demanda aos editais de subvenção, por parte das empresas, cresça e isso teria reflexo na demanda para as chamadas de Cooperação ICT – Empresa. Ressaltou que o edital para Subvenção Econômica exige a participação de ICT's.
2. Sr. Brito Cruz: relatou o modelo adotado pelo governo espanhol para fomentar a interação, que, por meio de editais, abrange tanto a subvenção como o estímulo à Cooperação Universidade-Empresa. Explicou que o edital visa estimular a articulação de pequenas empresas e ICT's em torno de uma grande empresa, com foco na pesquisa e em seus objetivos finais. Os recursos são aportados em um fundo, cabendo 50% a cada parte – governo e grande empresa, podendo a grande empresa utilizar 59% do fundo (ficando 9% caracterizado como subvenção, sem retorno) e os demais 41% são distribuídos para os outros atores (16% para a ICT e 25% para pequena empresa). Informou que o modelo compreende um conjunto de condições, de requisitos, como o caráter da pesquisa, que deve ter um certo conteúdo exploratório, entre outros, formulados pelo governo. O resultado observado é a

formação de uma 'constelação', onde a pequena empresa não só atua na pesquisa, mas passa a ser fornecedora da grande empresa.

3. Sr. Maurício Mendonça: i) propôs que sejam revisitados os programas operados pelas diversas agências no sentido de buscar sua articulação; ii) levantou a necessidade de se criar mecanismos que garantam que os editais para subvenção reflitam as prioridades que emergem dos comitês gestores, uma vez que sua composição orçamentária é oriunda dos fundos, mas sua governabilidade não envolve os comitês gestores dos fundos setoriais; iii) registrou a necessidade de se atualizar e adequar os documentos de diretrizes dos fundos setoriais às novas prioridades governamentais e ao arcabouço legal vigente, como a Lei de Inovação, 'Lei do Bem', da subvenção econômica, no sentido de ajustar prioridades e estratégias; iv) destacou que o caráter transversal da subvenção exige uma construção articulada com todos os comitês gestores dos fundos setoriais, de forma a somar recursos aos programas de estímulo à cooperação e englobar experiências internacionais, como a citada pelo Sr. Brito Cruz, que demonstrem forte capacidade na transformação de setores estratégicos, como transporte, energia, entre outros, e possibilitem alavancar de recursos para C,T&I no Brasil.
4. Sr. Luis Fernandes: lembrou que o País está passando por um processo de transição normativa no que tange à subvenção, e que essa, na forma como está regulamentada, exige, para definição do seu orçamento, uma portaria conjunta do Ministério da Ciência e Tecnologia, Ministério do Desenvolvimento de Indústria e Comércio e Ministério da Fazenda, e para sua formatação, de uma portaria conjunta do Ministério de Ciência e Tecnologia e MDIC. Informou, ainda, que o MCT vem trabalhando com a expectativa de que o Conselho Diretor do FNDCT seja o fórum de discussão e de definição das grandes linhas que irão orientar as ações de subvenção, no qual está previsto o envolvimento de todos os setores. Até esse colegiado ser formalizado, ressaltou a possibilidade dos comitês gestores atuarem como instâncias proponentes de sugestões e de modelos de estruturação do instrumento de subvenção econômica, notadamente o Comitê Gestor do CT-FVA, que poderia inclusive, contribuir para a formatação dos editais para subvenção em 2007.

Em continuidade à pauta, o Sr. Luis Fernandes destacou que a sistemática adotada pelo MCT no processo de elaboração do Plano de Investimentos para 2007, compreende i) etapa de submissão de propostas de ações transversais pelos comitês gestores e entidades selecionadas, cujo prazo de envio encerra dia 24 de novembro de 2006; ii) consolidação das propostas de ações transversais (primeira versão até 12 de dezembro) e iii) deliberação do CT-FVA (elaboração do Plano de Investimentos para 2007). O Sr. Maurício Mendonça sugeriu que o Comitê de Coordenação dos Fundos, além de submeter ao Comitê Gestor do Fundo Verde-Amarelo as propostas de ações transversais consolidadas, apresente, também, orientações sobre a continuidade ou não de determinadas ações e acene com uma perspectiva maior de recursos, considerando-se que ainda não estão disponíveis as informações sobre o impacto da carteira de projetos contratados em 2005 e 2006 no exercício de 2008. Sobre essa sugestão, o Sr. Luis Fernandes esclareceu que o impacto em 2008, estimado em R\$ 6 milhões, refere-se apenas às ações transversais e informou que o levantamento do impacto nos próximos exercícios (2007, 2008 e, eventualmente, 2009) será detalhado e apresentado no início de janeiro de 2007.

## **6. Outros Assuntos**

Em atendimento à solicitação do Comitê, no sentido de orientar a decisão sobre a continuidade ou não de determinadas ações e programas, foi agendada uma reunião extraordinária do Comitê Gestor no dia 23 de janeiro de 2007 (antes da reunião deliberativa), quando agências deverão apresentar informações sucintas sobre os resultados e impactos gerados das ações implementadas em 2006, tanto referentes aos instrumentos específicos do Fundo Verde Amarelo, como ao fomento, incluindo informações sobre os editais e grandes encomendas. Também ficou decidido que a Finep encaminhará, com antecedência, relatório contendo uma visão crítica sobre o desempenho das ações implementadas em 2006.

## ANEXO

Tabela 1 – Calendário de reuniões do Comitê Gestor do CT-FVA

Ano	Data	Observações
2006	21/dezembro	Reunião de sub-grupo: proposição de mecanismos/instrumentos de estímulo à fixação de pesquisadores em empresas – Programa de Formação e Capacitação de Recursos Humanos para Empresas – local CGEE (Participantes: Maurício Mendonça/CNI, Paulo Alvim/SEBRAE, Cristina Valente/FINEP, José Roberto Drugowich/CNPq, Elianne Prescott/MCT e Fernando Rizzo/CGEE – coordenador)
2006	12/dezembro	Itens a serem incluídos na Pauta: <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Discussão sobre o Relatório de Execução do CT-FVA em 2005<sup>1</sup></li> <li>▪ Execução 2006 - apresentação das agências;</li> <li>▪ Apresentação do resultado da Avaliação realizada pelo CGEE sobre a participação de empresas em projetos financiados pelo CT-FVA;</li> <li>▪ Apresentação do Relatório Técnico sobre o Projeto de Acompanhamento dos Parques tecnológicos financiados pela FINEP;</li> <li>▪ Apresentação dos resultados da Pesquisa Industrial de Inovação Tecnológica/PINTEC - IBGE/FINEP;</li> <li>▪ Propostas de estratégias/instrumentos voltados para estimular a fixação de pesquisadores pelas empresas – relato do resultado da reunião realizada em 21 de novembro no CGEE;</li> <li>▪ Discussão sobre a natureza da subvenção econômica em relação a custeio e capital</li> <li>▪ Outros assuntos <ul style="list-style-type: none"> <li>Atas das reuniões anteriores – 18ª Reunião Ordinária e 1ª Reunião Extraordinária de 2005.</li> <li>Apresentação do resultados do edital subvenção econômica</li> <li>Análise das demandas/propostas para ações transversais</li> <li>Propostas de temas para serem tratados nas reuniões ordinárias em 2007</li> </ul> </li> </ul>
2007	23/Janeiro	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Apresentação das propostas de ações transversais</li> <li>▪ Apresentação da execução 2006 – por grandes linhas</li> <li>▪ Obs: Local FINEP/RJ</li> </ul>
2007	30/janeiro	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Programação e Deliberação - 2007</li> </ul>
2007	23/abril	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Reunião a ser realizada no mesmo local onde deverá ocorrer o evento <i>II Congresso da Inovação na Indústria</i>, promovido pela CNI – no Hotel Hilton – Avenida Luís Carlos Berrini/SP, após o almoço.</li> </ul>
2007	24/Julho	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Pauta a ser definida</li> </ul>
2007	23/outubro	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Pauta a ser definida – programação para 2008</li> </ul>

Nota: as datas acima foram estimadas tendo por base a decisão de se realizar reuniões na última 3ª feira do último Mês de cada trimestre

<sup>1</sup> Cópia distribuída na 19ª Reunião

Tabela 2 – Programação orçamentária – Fundo Verde-Amarelo – 2007 <sup>2</sup>

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
SECRETARIA EXECUTIVA  
ASSESSORIA DE COORDENAÇÃO DOS FUNDOS SETORIAIS - ASCOF

PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2007

FUNDO SETORIAL: VERDE-AMARELO

em R\$ milhões

Ações do CT-FVA	PLOA 2007	Previsão de Orçamento Disponível	Despesas Operacionais e Taxa de Adm. (7%)	Valor para Ações Finalísticas	Comprometimento de Exercícios Anteriores			Valor Disponível para as Ações de 2007
					CNPq	Finep	Total	
<b>Instrumentos específicos</b>	<b>115,98</b>	<b>115,98</b>	<b>8,12</b>	<b>107,86</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>107,86</b>
741 Equalização Taxa de Juros	78,77	78,77	5,51	73,26			0,00	
743 Subvenção PDTI e PDTA	3,48	3,48	0,24	3,23			0,00	
745 Estimulo às Emp.Base Tecnológica	30,36	30,36	2,12	28,23			0,00	
748 Incentivo ao Inv.C&T Garantia de Liquidez	3,37	3,37	0,24	3,14			0,00	
<b>Fomento</b>	<b>122,76</b>	<b>122,76</b>	<b>8,59</b>	<b>114,16</b>	<b>5,00</b>	<b>63,00</b>	<b>68,00</b>	<b>46,16</b>
Reserva de Contingência	27,69	0,00		0,00			0,00	
<b>Total</b>	<b>266,42</b>	<b>238,73</b>	<b>16,71</b>	<b>222,02</b>	<b>5,00</b>	<b>63,00</b>	<b>68,00</b>	<b>154,02</b>

Nota: Estimativa de Arrecadação do Fundo Verde-Amarelo:  
CIDE - R\$ 221,60 milhões  
IPI: R\$ 35,86  
Total: R\$ 257,46 milhões  
(fonte ASCAP/MCT)

<sup>2</sup> Cópia distribuída na 19ª Reunião